

Formulação Participativa do Programa Nacional de Saneamento Rural

Fundação Nacional de Saúde

Ministério da Saúde

Dado o histórico déficit de acesso ao saneamento rural, a atual política de saneamento básico apontou a necessidade de elaboração do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR). Entre os desafios encontrados no processo de formulação do programa, destacam-se: a fragmentação institucional, a diversidade dos atores e a tomada de decisão sem participação social.

A tarefa desafiadora não poderia, portanto, ser realizada exclusivamente por gestores da esfera federal, especialistas e pesquisadores do tema, mas sobretudo por quem vive a necessidade da política e da realidade rural, por organizações comunitárias, movimentos sociais, órgãos municipais, estaduais, que atuam diretamente no saneamento rural.

Para envolver esses atores, articulou-se ampla e inovadora parceria que, por meio de oficinas, seminários, reuniões, formulou as definições para o PNSR, consolidando uma articulação interinstitucional e interdisciplinar.

A metodologia utilizada possibilitou a aproximação dos diversos atores e o aprofundamento dos debates de forma coletiva, ampla e horizontal.

A discussão de temas específicos, como a definição dos papéis e responsabilidades dos atores governamentais e das populações e comunidades organizadas na gestão dos serviços de saneamento, avançou a partir da presença

de representantes desses setores.

Dessa forma, a abordagem e a metodologia utilizadas proporcionaram avanços na elaboração do programa, tais como:

- Construção de estruturas de comunicação com a sociedade civil organizada e a população a ser atendida pelo programa.
- Envolvimento de movimentos populares e segmentos da sociedade civil em processos decisórios do detalhamento do programa.
- Trocas de conhecimento entre o governo federal, a universidade e a sociedade civil organizada.

Ao sustentar-se em uma base participativa, o PNSR criou condições para a manutenção da abordagem participativa na condução do programa e para a consolidação do saneamento rural em política de Estado, ampla e permanente.

Caracterização da situação problema

Em 1918 surge, no Brasil, a Liga Pró-Saneamento, movimento que reuniu indivíduos, instituições e órgãos públicos que reivindicavam a intervenção do poder público no saneamento rural. Entretanto, passados cem anos, a precarização do campo ainda se evidencia pela exclusão da população do acesso aos serviços de saneamento básico.

Instituída no século 21, a Lei Federal no 11.445/2007 estabeleceu, entre outras prerrogativas, as diretrizes nacionais para o saneamento básico no Brasil e atribuiu competência da União elaborar o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). A elaboração desse plano, sob coordenação do Ministério das Cidades, passou por diversas etapas desde 2008, contando com a assessoria das Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG), da Bahia (UFBA) e do Rio de Janeiro (UFRJ), além da participação de grupo técnico interministerial.

A análise situacional desenvolvida pelo Plansab revelou que 2,4 milhões de

habitantes da área rural não têm acesso a formas de abastecimento de água canalizadas internamente em seus domicílios, aproximadamente 25 milhões realizam o afastamento dos excretas e esgotos sanitários de forma inadequada e cerca de 70% não possuem acesso à coleta de resíduos sólidos. Soma-se a essa conjuntura de déficit no rural a ausência de sustentabilidade dos serviços de saneamento, caracterizada pela gestão dos serviços ineficiente ou inexistente, ocasionando sucateamento das infraestruturas antes do fim da sua vida útil.

As ações de melhoria do saneamento no país, embora tenham incrementado a cobertura geral, amplificaram as desigualdades, privilegiando áreas urbanas em detrimento das rurais. Além disso, desde o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), 1971, e a crise da década de 1980 houve um vazio institucional no setor. Com a retomada do planejamento da política pública de saneamento básico, marcado pela elaboração e aprovação do Plansab, em 2013, percebeu-se a necessidade de corrigir o histórico déficit de acesso aos serviços de saneamento que atinge a população rural. Nesse sentido, o plano definiu a necessidade de elaboração e detalhamento do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR). Entretanto, diversos aspectos merecem ser considerados e/ou superados, visando a efetividade desse programa, tais como:

- Fragmentação institucional e diversidade de atores nos níveis interfederativos com atribuições na política de saneamento rural, mas que pouco se articulam.
- Ausência de dados sobre o setor, constituindo um desafio na realização de análise situacional dos serviços de saneamento rural.
- Intervenção estatal em saneamento rural fragmentada e descontínua, com ineficiência do uso dos escassos recursos públicos direcionados à área e com baixa efetividade e eficácia das ações.
- Tomadas de decisão nas políticas públicas realizadas segundo uma lógica tecno-burocrática, sem a participação das populações e da

sociedade civil organizada.

- Ausência histórica de sustentabilidade dos serviços de saneamento em áreas rurais.
- Tecnologias e modelos de gestão incompatíveis com as realidades ambientais, socioeconômicas e culturais locais, levando-se em conta a diversidade do território brasileiro e das formas de organização da população rural. Por exemplo, as necessidades de tecnologias e de gestão dos serviços de saneamento básico rural da população ribeirinha na Amazônia diferem daquelas apresentadas pela população que vive no semiárido brasileiro.

Assim, a formulação de um programa tão complexo é uma tarefa desafiadora que não pode ser pensada apenas por gestores da esfera federal, especialistas e pesquisadores no tema, mas, principalmente, por quem está no dia a dia da realidade rural, pelas organizações comunitárias, movimentos sociais, órgãos municipais e estaduais que atuam diretamente no saneamento rural, entre outros.

Entende-se que fora da esfera governamental há uma série de atores e grupos de interesse que podem contribuir para a formulação de políticas públicas, especialmente aqueles diretamente relacionados e impactados com a implementação de determinadas políticas, neste caso, as populações do campo, floresta e águas. Entretanto, nem sempre esses diversos grupos de atores têm sido considerados nas formulações das políticas públicas, seja por pouca abertura dos governos à participação social, seja pelo distanciamento entre iniciativas governamentais e setores de pesquisa.

Existe, ainda, um vazio de espaços para discussão dos problemas atinentes especificamente ao saneamento rural, que envolvam os diversos setores da sociedade civil para debater e pensar em conjunto com os representantes da academia e das esferas de governo. Nesse sentido, a situação problema também

passa pela necessidade de envolver esses atores no processo de formulação do programa. E na busca de se avançar sobre esse aspecto, a parceria entre a Funasa e a UFMG foi articulada para fomentar os processos participativos de detalhamento do PNSR, pautados em amplo debate, que oriente a articulação entre os entes federados e entre suas políticas. Essa articulação se propõe a contribuir para que o país salde o histórico débito acumulado no saneamento rural.

Objetivos da iniciativa

- Elaborar de forma participativa estudos para concepção, formulação e gestão do PNSR.
- Ampliar o debate na formulação do PNSR, garantindo a participação colaborativa dos diversos atores e segmentos sociais interessados e envolvidos nas questões do saneamento rural.
- Mapear os atores que desempenham ações de saneamento rural nas macrorregiões, identificando os vínculos que estabelecem com a questão e entre si.
- Identificar os principais problemas, desafios e potencialidades para implementação de ações e serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais nos territórios habitados pelas populações do campo, floresta e águas, considerando as dimensões das soluções técnicas, da participação social e da gestão dos serviços.
- Identificar e debater as expectativas dos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com as ações de saneamento rural a respeito do programa.

Público-alvo da iniciativa

A iniciativa tem como público-alvo direto os atores públicos federais, estaduais e municipais, principalmente os que desenvolvem políticas de saneamento para as populações do campo, da floresta e das águas. Ainda como público direto, encontram-se as instituições de ensino e pesquisa e também os atores não governamentais integrantes da sociedade civil organizada, que possuem capacidade de pautar as demandas concretas relativas ao saneamento rural.

Quanto ao público indireto tem-se a população rural, impactada pela ineficiência ou ausência dos serviços e que, portanto, possui maior conhecimento dos problemas e dificuldades cotidianas relativas ao saneamento básico em seus territórios.

Descrição das etapas da prática inovadora

Entre as principais etapas da formulação do PNSR tem-se:

1) Parceria com UFMG

Em fevereiro de 2015, a Funasa firmou uma parceria com a UFMG, por meio de TED, para o desenvolvimento de estudos relacionados ao panorama do saneamento rural no Brasil, visando ao detalhamento do PNSR e sua gestão no nível do governo federal. Os trabalhos iniciaram em setembro de 2015 e finalizarão até 2018 os seguintes produtos:

- Análise da situação do saneamento rural no Brasil com base em dados secundários quantitativos e primários qualitativos;
- Propostas de diretrizes para o PNSR nos eixos: soluções técnicas de saneamento rural; gestão dos serviços e do programa; e educação e participação social;

- Proposta de metas de curto, médio e longo prazos para o saneamento rural;
- Detalhamento dos investimentos para atendimento das metas estabelecidas para o saneamento rural em vinte anos;
- Proposta de gestão do PNSR, considerando a forma de implementação, monitoramento e avaliação das ações.

2) Incorporação do Grupo da Terra na equipe de acompanhamento do projeto

O Grupo da Terra, instituído por meio da Portaria MS/GM no 2.460/2005, é um colegiado de gestão que compõe a estrutura do Ministério da Saúde, tendo como principal objetivo elaborar e acompanhar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA).

Esse grupo reúne técnicos das diversas secretarias e órgãos afins do Ministério da Saúde, instituições do governo federal, pesquisadores e cerca de vinte entidades, movimentos sociais e sindicais representativos das populações do campo, floresta e águas.

Desde o início das discussões sobre o PNSR, o grupo tem acompanhado e contribuído com os debates. Entretanto, foi a partir de julho de 2016, após o Seminário Nacional Saúde, Ambiente e Comunidades Tradicionais, em Belo Horizonte/MG, que o Grupo da Terra apresentou carta com sugestões para a construção do programa e indicou representantes, acompanhando desde então, mais diretamente, todo o processo de formulação do PNSR.

3) Realização de oficinas, reuniões e seminários

Considerando a necessidade de ampliar o debate acerca da elaboração do PNSR e de garantir a participação efetiva dos diversos atores e segmentos sociais interessados e envolvidos nas questões do saneamento rural, bem como de reconhecer as peculiaridades regionais, foi proposta a realização de seis oficinas.

A primeira oficina, de caráter nacional, ocorreu entre os dias 12 e 14 de dezembro de 2016, e teve como objetivo central discutir o rol de diretrizes do PNSR e as estratégias para sua materialização. As demais oficinas ocorreram no primeiro semestre de 2017, uma em cada macrorregião do país.

Também ocorreram diversas oficinas e seminários sobre temas específicos para o PNSR, que contaram com a presença de especialistas e de representantes da sociedade civil.

Ao longo de todo o percurso de execução do TED, reuniões entre os parceiros foram realizadas com o intuito de planejar e executar todas as atividades inerentes às três etapas da prática inovadora.

Ao final do processo, esta prevista a realização de seminário nacional e consulta pública visando à discussão e validação da versão preliminar do Programa Nacional de Saneamento Rural.

A situação hoje

Considerando que política pública consiste na definição de objetivos para lidar com determinado problema da coletividade e de um conjunto de medidas que se revelam adequadas para alcançá-los, entende-se como avanços e melhorias advindas da abordagem e metodologia adotadas nesse processo: *i)* construção de estruturas de comunicação com a sociedade civil organizada e a população a ser atendida pelo programa; *ii)* envolvimento de movimentos populares e segmentos da sociedade civil em processos decisórios do detalhamento do programa; *iii)* trocas de conhecimento entre o governo federal, a universidade e a sociedade civil organizada.

Assim, a metodologia utilizada nas oficinas possibilitou a aproximação dos diversos atores e aprofundamento nos debates de forma coletiva, ampla e horizontal. A discussão de temas específicos, como a definição dos papéis e responsabilidades dos atores governamentais e das populações e comunidades

organizadas na gestão dos serviços de saneamento, avançou a partir da presença de representantes desses setores. A representatividade diversificada dos atores foi, portanto, fundamental, pois possibilitou que todos os temas debatidos fossem analisados e construídos sob os diferentes pontos de vista.

A partir de um minucioso trabalho de sistematização e análise dos debates realizados nas oficinas identificou-se conteúdos e conceitos que estão sendo revistos e incorporados à concepção do PNSR.

As diretrizes e estratégias do programa foram propostas e/ou validadas por meio de um processo amplamente participativo. Todas as oficinas e reuniões geraram uma série de estudos, definições e encaminhamentos para o PNSR, além de consolidar a articulação interinstitucional e interdisciplinar, que envolve as três esferas de governo.

Portanto, pode-se afirmar que o PNSR em sua formulação considera de fato a contribuição dos diversos atores governamentais, pesquisadores, e, especialmente, das populações do campo, floresta e águas.

Por que a iniciativa é inovadora?

Considera-se a iniciativa inovadora, pois no processo de detalhamento do PNSR tem-se optado por uma abertura a novos atores e ideias, para além dos atores governamentais com reconhecida experiência na área de políticas públicas em saneamento rural.

A abordagem ampliada iniciou-se a partir da parceria entre a Funasa e a UFMG, incorporou a participação ativa de representantes do Grupo da Terra (MS) e abrangeu a realização das oficinas macrorregionais, com o objetivo de ampliar as visões sobre a política pública de saneamento rural, bem como de construir um instrumento dessa política conjuntamente aos sujeitos para os quais ela se destina.

Essa abordagem ampliada configura-se uma inovação na área da formulação de políticas públicas para o saneamento, uma vez que consolida uma metodologia participativa que transcende a mera ratificação pública do programa e tem primado pelo esforço em envolver os diversos atores, de modo que esses, de fato, contribuam para a formulação do PNSR.

Nesse sentido, o processo de detalhamento do programa tem permitido, entre outros avanços, uma intensa troca de conhecimentos e saberes técnicos e populares, entre atores do governo, de instituições de ensino e pesquisa e da sociedade civil organizada, que certamente reflete em um programa com maior aderência à realidade, uma população rural que se apodera da política e, assim, reforça as chances de uma implementação exitosa. Espera-se que com o engajamento desses atores com a questão e com o fortalecimento das relações entre eles, a articulação seja perene, perdurando nos estágios de implementação e de avaliação do programa.

Resultados e/ou impactos da iniciativa

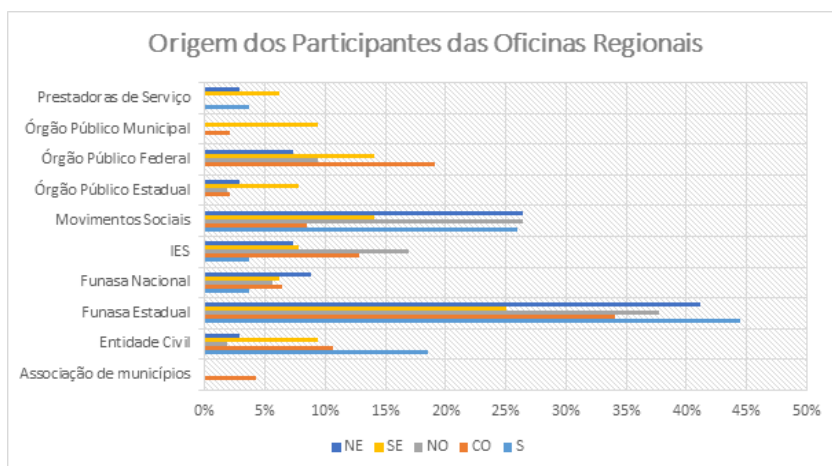
A **parceria** entre governo e universidade, inicialmente, teve como relevante resultado a incorporação pela universidade de novos temas de estudos, pesquisa e de extensão, que dialogam com as necessidades da política pública de saneamento rural. Por exemplo, com a criação da disciplina de saneamento rural pelo Programa de Pós-Graduação em Saneamento Meio Ambiente e Recursos Hídricos da UFMG e na realização de quatro dissertações defendidas e duas em andamento sobre o tema, que se utilizaram de informações e dados gerados para a formulação do PNSR.

A **incorporação do Grupo da Terra**, participando ativamente do processo de formulação do PNSR, contribuiu para o grande envolvimento dos movimentos sociais nas oficinas do programa.

Com relação **às oficinas**, participaram 170 pessoas na etapa nacional e 260 pessoas nas etapas regionais de construção colaborativa do PNSR,

representando órgãos públicos das três esferas (municipal, estadual e federal), entidades civis, instituições de ensino e pesquisa, prestadoras de serviços, movimentos sociais relacionados ao campo, à floresta, às águas, vide *link* para as fotos e vídeos: <<http://pnsr.desa.ufmg.br/acervo/>>. O Gráfico 7 ilustra a representatividade desses públicos por oficina. Notavelmente, a grande maioria dos participantes foi de representantes das superintendências estaduais da Funasa, conforme a macrorregião, seguida por expressiva participação dos diversos movimentos sociais.

Gráfico 7 – Origem dos participantes das oficinas regionais



Fonte: Imagem produzida pelo autor

De uma forma geral, o PNSR promoveu o envolvimento das populações do campo, floresta e águas e estimulou a integração das políticas de saneamento com outras políticas públicas setoriais, tais como: saúde, recursos hídricos, habitação, igualdade racial e meio ambiente, entre outras. Um exemplo de contribuição que os movimentos sociais fizeram ao programa foi incorporar o debate de como as práticas e saberes de agroecologia podem contribuir para o saneamento rural.

Além disso, a partir desse processo participativo, percebeu-se a ampliação, por meio da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, de pautas sobre questões de saneamento rural nos seus territórios – por exemplo, convite da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) para a construção de seminário sobre saneamento rural no Paraná, entre outros.

Outro avanço percebido diz respeito à interação entre Estado, academia e sociedade, que revela ainda no processo de detalhamento do PNSR um caráter dialógico e transformador de cada uma dessas estruturas, construindo novas práticas.

Houve utilização eficiente dos recursos?

A ampliação da participação na política pública pode ser entendida como uma forma eficiente/econômica de uso dos recursos, uma vez que os estudos, debates ampliados e consultas permitem que gestores públicos compreendam a profundidade, a amplitude e a urgência do problema. A participação desses atores se dá tanto como fonte de conhecimento, gerando importantes informações sobre as estratégias a serem consideradas, quanto pode refletir em um maior comprometimento com a condução e o acompanhamento da política pública.

As atividades realizadas no âmbito da formulação do PNSR contam com recursos contemplados no projeto da parceria Funasa/UFMG por meio do TED.

Para a participação nas oficinas (nacional e regionais) também foram disponibilizados recursos da Funasa para aquisição de passagens, diárias e deslocamentos para participantes das 26 superintendências estaduais da Funasa e de representantes da sociedade civil organizada. Tanto o pessoal quanto os recursos materiais estavam previstos no orçamento anual da instituição. Os demais participantes arcaram com os custos para participação nas oficinas.

A definição dos locais para realização das oficinas levou em consideração

aspectos logísticos, como facilidade de acesso e proximidade de aeroportos e utilização de espaços de instituições públicas ou parceiras, cedidos gratuitamente.

A concepção metodológica das oficinas, a organização, condução e compilação dos seus resultados foram atividades realizadas pela equipe da UFMG e por servidores da Funasa e de instituições parceiras, de forma integrada e com o compartilhamento de responsabilidades.

Considera-se, portanto, que as parcerias desenvolvidas têm possibilitado a otimização de recursos administrativos e, principalmente, de pessoal.

Parcerias

A formulação do PNSR conta com uma rica teia de atores governamentais e da sociedade civil. Respeitando o pacto federativo no âmbito das normas que organizam o saneamento básico no Brasil, na esfera federal o processo está sendo coordenado pela Funasa, com participação do Ministério da Saúde – Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social, da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (Dagep)/SGEP e Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental, da Secretaria de Vigilância em Saúde (CGVAM/SVS) e do Ministério das Cidades (Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA). Nos estados foram envolvidos os prestadores de serviços de saneamento, secretarias de saúde, instituições de assistência rural e representantes de associação de municípios. Ressalta-se a participação de instituições de ensino e pesquisa (UFMG, Fiocruz); ONGs; associações como a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); movimentos sociais. A fim de alcançar grupos com atuação direta no rural brasileiro, destaca-se a parceria com o Grupo da Terra, representando as populações do campo, floresta e águas, durante o processo de construção do PNSR.

Participação dos beneficiários

Os beneficiários representantes das populações do campo, floresta e águas participaram, principalmente, nas oficinas macrorregionais e locais, nos trabalhos de campo e em congressos, seminários e colóquios da área. Outra forma de interação utilizada envolveu – e ainda envolve – a utilização dos canais de comunicação, como o *site*: <<http://pnsr.desa.ufmg.br/pnsr/>>, no qual as diretrizes ficaram disponíveis para consulta pública e envio de sugestões.

Nas oficinas macrorregionais houve momentos para que representantes das populações do campo, floresta e águas compartilhassem um pouco da realidade sanitária vivenciada por eles e espaços para que todos os participantes pudessem socializar as expectativas, expor e debater pontos de vista e proposições. Após as apresentações, os participantes, agrupados, foram estimulados a identificar e a representar, por meio de um diagrama, os atores sociais que realizam ações de saneamento rural na sua macrorregião, bem como a representar como se relacionam com a questão e que vínculos estabelecem entre si. Os mesmos grupos identificaram e discutiram as debilidades e fortalezas, as ameaças e oportunidades regionais, referentes às ações e serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais nas áreas rurais, considerando as dimensões tecnológica, de gestão, e de participação e controle social. Lembramos que o perfil dos participantes foi descrito no item **resultados e/ou impactos da iniciativa**.

Ressalta-se que a parceria realizada com o Grupo da Terra, vinculado ao Ministério da Saúde, foi fundamental para fomentar a participação dos representantes dessas populações nas oficinas do PNSR e para que as demandas fossem incorporadas ao detalhamento do programa.

Mecanismos de transparência e controle social

Partindo da prerrogativa que uma política pública deve operar em condições de publicidade e transparência, foram pensadas plataformas que pudessem possibilitar essas condições. A primeira delas foi a criação do portal **PNSR em construção**: <<http://pnsr.desa.ufmg.br>>. Nele estão disponíveis todas as informações referentes aos processos participativos e à estrutura do programa, as notícias que a equipe de comunicação produz, além de um acervo digital de publicações sobre o tema do saneamento rural e afins, e os instrumentos de trabalho propostos na oficina nacional: *Catálogo das experiências exitosas em saneamento rural* e *Diretrizes e Estratégias do PNSR*.

Outro instrumento de publicização e comunicação é a página do PNSR na rede social Facebook: <<https://pt-br.facebook.com/redePNSR/>>, criada em dezembro de 2016, que disponibiliza informações sobre o programa e temas correlatos, de modo mais dinâmico e com linguagem acessível, alcançando um grande público.

Em 2017, a equipe de comunicação também criou o *Boletim Eletrônico do PNSR*, que passou a ser enviado para uma lista de *e-mails* estratégica, atingindo principalmente os atores que participaram das oficinas regionais e outros públicos interessados. Os boletins são produzidos com frequência média mensal e apresentam informações atuais para os públicos, fazendo relações com as informações contidas no portal.

Ademais, durante o processo de formulação do programa, foi aberta uma consulta pública, por meio de instrumento específico criado no portal, sobre as diretrizes e estratégias desenvolvidas pela equipe técnica, ficando disponibilizada por um mês, totalizando 107 contribuições.

No que se refere ao controle social, ratificamos que a parceria com o Grupo da Terra no processo de concepção do programa tem sido fundamental para que

as demandas das populações concernidas sejam consideradas e incorporadas. Além disso, a oficina nacional e as oficinas regionais foram os principais espaços de controle social e, também, de prestação de informações sobre a formulação do programa.

Grau de replicabilidade

Referente aos avanços realizados no desenho metodológico que está possibilitando alcançar uma construção colaborativa para o detalhamento do PNSR, ainda não se tem notícias de replicação dessa metodologia. Um dos motivos passa pelo fato de ser uma iniciativa recente para o setor, condição que se alinha à conjuntura atual de pouca atuação estruturada na área de saneamento rural pelos estados e municípios.

Entretanto, entende-se ser grande o potencial de replicação das metodologias utilizadas no detalhamento do PNSR, para se pensar e especificar políticas estaduais e municipais de saneamento rural. Essa replicação será fomentada pela coordenação do PNSR, no momento de apoiar os entes federados para que esses realizem as suas próprias políticas e programas específicos de saneamento rural.

Outro aspecto que reforça as possibilidades de replicação trata-se do caderno metodológico do estudo de detalhamento do PNSR, que está em elaboração, e apresentará métodos e procedimentos utilizados na formulação.

Grau de sustentabilidade

Quanto ao quesito sustentabilidade, o PNSR dialoga de forma estreita com os princípios e preceitos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, a qual é organizada na forma de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Apesar do programa ter uma atuação mais direta em alguns desses objetivos, como o ODS 6, que visa garantir e assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do esgotamento sanitário, o detalhamento do PNSR dialoga e considera aspectos de outros objetivos, como o ODS 5, que trata de igualdade de gênero, o ODS 10, que foca nas reduções das desigualdades, o ODS 17, que trata de parcerias e meios de implementação dos próprios ODS, entre outros.

Assim, de uma forma geral, o PNSR vem sendo detalhado considerando a agenda de desenvolvimento sustentável 2030 e a necessidade de um olhar integrado à sustentabilidade dos serviços. Nesse quesito, o PNSR reforça a implementação de medidas estruturantes, entendidas por aquelas que oferecem suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços de saneamento básico. O fortalecimento das ações em medidas estruturantes trará benefícios ao assegurar a eficiência, a efetividade e a sustentação no tempo dos investimentos realizados em medidas estruturais – de infraestrutura. No programa, intervenções estruturais serão acompanhadas de medidas estruturantes no campo da participação da comunidade, da educação popular e permanente, dos mecanismos de apoio à prestação e à gestão dos serviços, de capacitação e assistência técnica e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora?

Entre as principais barreiras encontradas no processo de formulação participativa do programa destacam-se:

1. Momento e conjuntura política críticos, com certa insegurança institucional e instabilidade para a política federal de saneamento – reformulações, alterações de gestores, outros – e de redução de

recursos orçamentários-financeiros destinados às ações de saneamento básico rural.

2. Reduzida equipe técnica na instituição para a responsabilidade exigida tanto da formulação quanto da condução do programa de saneamento rural.
3. Necessidade de alinhamento dos conceitos relacionados ao tema da política de saneamento rural, nem sempre consolidados, divulgados ou convergentes.

Dificuldade de obtenção de dados e informações relacionadas ao tema, fragilizando alguns debates e tomadas de decisão.

Quais barreiras foram vencidas e como?

Seguindo a ordem das barreiras destacadas anteriormente, informam-se as estratégias para superá-las:

1. Apoio do corpo diretivo da instituição, cientes da importância da elaboração de um programa de saneamento voltado para as populações rurais de forma ampla e participativa. Garantia de recursos para formalização da parceria com a UFMG e disponibilização de apoio logístico e financeiro para a realização das oficinas, com participação de representantes de segmentos sociais organizados do campo, floresta e águas. Além disso, a parceria com o Grupo da Terra também tem sido de extrema relevância, pelo conhecimento das pautas relacionadas e de atores representativos das mais diversas organizações sociais e de movimentos do campo, floresta e águas, motivando a participação nas cinco oficinas regionais realizadas.
2. A realização da parceria com a UFMG, bem como de parcerias com equipes técnicas de órgãos federais, estaduais e municipais e associações relacionadas às temáticas do saneamento, meio ambiente e saúde, que

participaram e se envolveram ativamente nas atividades das oficinas e de debates sobre o PNSR.

3. Criação e utilização de instrumentos de comunicação. Especificamente para as oficinas foi elaborado um texto base, divulgado preliminarmente, com o objetivo de contextualizar a política federal de saneamento básico e a inserção do programa nessa política, abordar princípios da política, apresentar um panorama do saneamento rural nas regiões e alinhar conceitos.

No entanto, no que se refere à barreira relacionada à obtenção de dados e informações (4), ainda persistem dificuldades, tendo em vista que as ações e programas voltados para o setor saneamento, em especial aquelas destinadas ao saneamento em áreas rurais, são pulverizados entre diferentes órgãos e instituições e que a produção, disponibilização e sistematização dos dados e informações se dá de modo desarticulado.

Para a superação dessa barreira, encontra-se em desenvolvimento uma plataforma de dados abertos, que objetiva a melhoria nas tomadas de decisão e, conseqüentemente, na atuação dos órgãos que integram a rede do PNSR.

Quais foram os fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora descrita?

Entre os fatores fundamentais para o êxito da iniciativa destacam-se: *i)* o envolvimento e interesse das instituições de ensino e pesquisa e dos movimentos sociais nas diversas regiões, com amplo apoio para garantir a realização dos estudos de campo, dos debates e das oficinas; *ii)* a capacidade de mobilização e articulação do Grupo da Terra; *iii)* a garantia dos recursos e apoio institucional para os aspectos logísticos, e, especialmente, *iv)* a utilização de metodologias adequadas, garantindo um amplo e heterogêneo debate a partir da participação de atores diversos.

Links de vídeo/áudio da iniciativa

<<http://pnsr.desa.ufmg.br/video-1-pnsr/>>

Links de vídeo/áudio com depoimento de beneficiário

<<http://pnsr.desa.ufmg.br/video-4-pnsr/>>

Responsável institucional

Juliana de Senzi Zancul

Coordenadora de Saneamento em Área Rurais e Comum

Endereço

Setor de Rádio e Televisão Norte (SRTVN)

Quadra 701 Lote D, Edifício PO 700 – 2º andar

Asa Norte – Brasília/DF 70.719-040

Data do início da implementação da iniciativa

13 de fevereiro de 2015